

SC12221

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.Africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Quinta Sessão Ordinária

20 – 24 de Junho de 2014

Malabo, Guiné Equatorial

EX.CL/829(XXV)

Original: Inglês

**RESULTADOS DO 4º RETIRO DA CUA-CRP
DE HAWASSA, ETÍÓPIA, A 14 – 15 DE ABRIL DE 2014**

**RESULTADOS DO 4º RETIRO DA CUA-CRP DE
HAWASSA, ETIÓPIA, A 14 – 15 DE ABRIL DE 2014**

I. INTRODUÇÃO

1. O Quarto Retiro Conjunto entre o Comité de Representantes Permanentes (CRP) e a Comissão da União Africana (CUA), realizado em Hawassa, Etiópia, a 14 e 15 de Abril de 2014, deliberou sobre o reforço das relações entre o CRP e a CUA, no contexto do trabalho em conjunto para integração continental.

II. DOIS ÓRGÃOS, UMA AGENDA

2. O retiro reconhece os papéis complementares do Comité de Representantes Permanentes e da Comissão da UA e cada instituição deve ser eficaz no exercício das suas funções. Os dois órgãos devem trabalhar em conjunto na prossecução da agenda continental; portanto, Duas Instituições, Uma Agenda.
3. O CRP, constituído por plenipotenciários como é, e, sendo um Órgão da União Africana, tem um papel único de supervisão da implementação dos planos e estratégias continentais e aconselhar o Conselho Executivo, tem ainda o papel servir como elo de ligação entre os Estados-membros e Comissão.
4. A Comissão da UA tem a responsabilidade de apresentar propostas, implementar decisões; formular projectos de posições comuns africanas e coordenar as acções dos Estados-membros nas negociações internacionais; promover a integração, o desenvolvimento socioeconómico, a paz, a democracia e a segurança, e desenvolver a capacidade de pesquisa e desenvolvimento científico. Para além disso, funciona como custódia do Acto Constitutivo, dos seus protocolos, tratados e instrumentos jurídicos, e presta serviço como Secretariado dos Órgãos da União.

III. TRABALHAR EM CONJUNTO RUMO À INTEGRAÇÃO

5. Foram feitas declarações pela Presidente da Comissão da UA, S.E. Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma e pelo Presidente do CRP, S.E. o Embaixador da Mauritânia, Sr. Hamadi Meimou, sobre o Tema “*Trabalhar em Conjunto rumo à Integração*”. As declarações definiram o contexto para os debates sobre integração. (Os discursos constam em anexo, como parte do relatório do Retiro)
6. Os participantes ao Retiro reafirmaram que África está definitivamente determinada a alcançar a visão que definiu para si – de “uma África pacífica, integrada e próspera, orientada pelos seus povos e desempenhando a sua função de direito na arena internacional”. A unidade política e a integração económica continuam a ser o fundamento do Pan-africanismo e a razão de existência da OUA e UA.
7. Essa Agenda está reflectida nos quadros continentais de África, tais como a Carta da OUA, o Plano de Acção de Lagos, o Tratado de Abuja, a NEPAD e o Acto Constitutivo da UA. A nossa visão para os próximos cinquenta anos, Agenda 2063, é uma continuação desses planos continentais, e fornece um quadro coerente para as variadas estratégias sectoriais, com marcos de referência a curto e médio prazo e sequenciamento para a concretização dessa visão.
8. Reconhecemos que África deu grandes passos na sua agenda de integração, incluindo a mudança do princípio da não-interferência para o princípio da não-indiferença; iniciativas rumo à integração económica nas Comunidades

Económicas Regionais; a implementação de projectos de infra-estruturas específicos no sector dos transportes, TIC e energia e o crescimento, apesar de lento, do investimento, do comércio e dos vínculos empresariais intra-africanos. Relativamente à integração política, fizemos a transição do Secretariado da OUA para a Comissão da União Africana, e o desenvolvimento e implementação de quadros normativos comuns sobre a paz e segurança, governação, eleições, democracia e direitos humanos e dos povos. Estruturas como o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), o Parlamento Pan-Africano (PAP), as CER, a Agência NEPAD e outras instituições e órgãos continentais são importantes capitais institucionais e experiências para a nossa agenda de integração.

9. Os participantes ao Retiro foram lembrados dos requisitos, desafios e soluções para uma Agenda de Integração Acelerada. Esses parâmetros orientaram os debates. Alguns desafios incluem o lento progresso na integração a nível interno das políticas e programas da UA; forte dependência do financiamento externo para as prioridades de desenvolvimento africano; a incapacidade de falar a uma só voz em relação às questões essenciais, debilitando, deste modo, as nossas posições nacionais e continentais; e a falta de vontade política de não só adoptar quadros, mas assumir a responsabilidade para a implementação. Isso inclui igualmente o lento progresso em termos de integração política.
10. Os participantes ao 4º Retiro renovaram o seu compromisso para com a aceleração da Agenda de Integração e Desenvolvimento de África, como a sua missão primordial, e, recomendaram as seguintes áreas para renovação do destaque:
 - a) Definir e promover a mentalidade Pan-Africana por meio da educação formal e informal e aumentar a visibilidade e a sensibilização da União Africana, entre os cidadãos africanos, a fim de acelerar a integração;
 - b) Ter a integração como objectivo final no trabalho do CRP e da Comissão da UA, por meio da Monitorização e Actualização Periódica do estado e desafios da Integração;
 - c) Reforço da coordenação sobre a implementação das actividades de integração entre a CUA, NPCA e CER;
 - d) Garantir o movimento sobre a racionalização das CER, de acordo com o Acto Constitutivo;
 - e) Implementação, monitorização e promoção dos principais projectos de integração, tais como o desenvolvimento de habilidades, agricultura, industrialização, comércio, desenvolvimento de infra-estruturas, ciência, tecnologia, investigação e inovação; e a paz, segurança, democracia e governação, e a criação de zonas de comércio livre regionais e continentais. É igualmente importante garantir o sequenciamento da integração e a implementação de ganhos rápidos sobre as questões mais leves da integração, tais como a remoção das barreiras não-tarifas e a livre circulação de pessoas e bens;
 - f) Movimento para a consolidação da soberania em áreas essenciais, em conformidade com os Resultados do Retiro Ministerial de Bahir-Dar, nas

áreas em que África beneficia da negociação em bloco e possui posições comuns, onde a Comissão fala em nome do continente, tais como: (i) comércio; (ii) alterações climáticas, economia ecologia e segurança alimentar colectiva; (iii) pescas, recursos marinhos e a Economia Azul; e (iv) a Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis; e (v) paz e segurança;

- g) Realização de um estudo sobre o custo da não-integração para África e para os Estados-membros e promoção e defesa dos benefícios da integração;
- h) Reforço das principais instituições de integração e dos seus mandatos: incluindo a CUA, PAP, CER, Instituições Financeiras, MAAP, NEPAD, Tribunal e Comissão dos Direitos do Homem e dos Povos. Reforço das relações de trabalho com o BAD e UNECA;
- i) Mobilização de recursos internos para os principais projectos de integração para reduzir de forma estratégica a dependência dos parceiros, observando a decisão dos Ministros das Finanças e Economia, reunidos em Abuja, que deverá apresentar um relatório à Cimeira de Junho de 2014, sobre a implementação das decisões da Cimeira de Maio de 2013 sobre a matéria; e, em particular, apresentar ainda a proposta sobre Fontes Alternativas de Financiamento, a abordagem da questão dos fluxos financeiros ilícitos, o reforço dos sistemas de receitas; o reforço e criação de instituições financeiras e de investimento; promoção do sector privado africano como parte interessada no desenvolvimento e na integração, e como fonte de financiamento alternativa através da Fundação da UA;
- j) Promover as forças motrizes para a integração, com blocos de países como propulsores. Os Estados-membros, a CUA e as Comunidades Económicas Regionais são incentivadas a liderar de forma vigorosa, acelerar e criar uma dinâmica no sentido de alcançar a integração;
- k) Fortalecer a recolha de dados e as estatísticas continentais, com o objectivo de planificar, implementar e monitorizar, incluindo a decisão de criar o Instituto Africano de Estatística;
- l) Recomendar aos órgãos deliberativos que todos os Comissários devem ter a Integração como parte da essência do seu mandato e devem informar sobre a forma como as suas principais funções contribuem para a integração.
- m) Recomendar a criação de pontos focais nacionais para promover o trabalho da UA e divulgar a agenda da integração;
- n) Promover o multilinguismo em todos os órgãos e instituições da União.
- o) Garantir a distribuição geográfica justa das instituições, órgãos e agências especializadas da UA, com base em orientações claras;
- p) Acelerar a finalização da Revisão e do Relatório de Avaliação em todos os aspectos das parcerias estratégicas, incluindo, mas não se limitando, a aquelas relacionadas com a documentação, negociações, formatos e outras matérias de interesse.

IV. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E REFORÇO DAS RELAÇÕES ENTRE O CRP E A CUA

11. O Vice-Presidente da UA apresentou uma visão geral da capacidade institucional da CUA, com destaque nas questões de gestão, recursos humanos, finanças e orçamentação, parceria, comunicações e questões relativas a conferências e reuniões. Houve melhorias na gestão da CUA, por exemplo, as reuniões agendadas da Comissão, a introdução do Fórum de Directores, conformidade com as normas internacionais de contabilidade, marcos de referência e redução dos inquéritos de auditoria. A contribuição destacou igualmente o perfil dos Funcionários da CUA, observando o desequilíbrio entre os funcionários em regime de contrato de curto prazo financiados pelos parceiros em relação aos funcionários regulares financiados pelos Estados-membros, bem como os funcionários dos serviços gerais em relação aos funcionários profissionais. Foi igualmente observado que um grande número de funcionários traduz-se em maiores custos operacionais, bem como a baixa representação da mulher em termos de números e a sua representação entre os funcionários profissionais. Foi igualmente sublinhada a necessidade dos Estados-membros honrarem com as suas contribuições em tempo oportuno, por motivos de previsibilidade. (A apresentação consta como anexo ao presente relatório)
12. O Embaixador da Nigéria apresentou as opiniões do CRP sobre a função do CRP, questões de prestação de serviço e estrutura da CUA, comunicações entre o CRP e a CUA, e os princípios que devem nortear a relação. A contribuição destacou os seguintes problemas, com relação à prestação de serviço da CUA: transparência, prestação de contas, integridade, confiança, equidade, conveniência, respeito dos regulamentos, gestão dos resultados. Em relação a essas preocupações, o CRP identificou e fez recomendações sobre os seguintes desafios específicos: respeito mútuo para as funções e responsabilidades respectivas, diferenciadas e complementares para com a agenda comum; métodos de trabalho; canais de comunicação; reforço das capacidades; monitorização e avaliação; recompensa e sanções; prestação de serviços; canais de comunicação, prestação de contas, apresentação de relatórios e gestão. (A apresentação consta como anexo ao presente relatório)

Os participantes ao Retiro fizeram as seguintes recomendações:

13. Os participantes ao Retiro tomaram nota das funções de complementaridade e responsabilidades do CRP e da CUA, conforme definidas no Acto Constitutivo, Regulamento Interno e Estatuto. Houve uma grande ênfase na necessidade de uma abordagem e entendimento comum das funções, de modo a facilitar a prestação de serviço.
14. **Questões de Capacidade Institucional: Comissão da União Africana**
 - Gestão de Recursos Humanos: sistema de recrutamento transparente, profissional e justo; procedimentos de retenção e desvinculação simples; implementação do sistema de quotas; planificação de sucessão; gestão de desempenho, com consequências, recompensas ou sanções adequadas; mobilidade do pessoal (no contexto da estrutura aprovada), motivação e satisfação no trabalho e promoção do multilinguismo entre os funcionários da UA;

- Revisão Estrutural da CUA, com vista a garantir o cumprimento com eficácia e eficiência do seu mandato, incluindo uma revisão da Estrutura de Maputo;
 - Considerar se o actual número de Comissários é adequado (levantada no Relatório de Adedeji), em relação ao Mandato da Comissão, conforme definido no Acto Constitutivo e no Estatuto da Comissão;
 - Melhoria dos Arquivos da UA para garantir a continuidade, memória institucional e preservação da história;
 - Reforço do Gabinete do Secretário-Geral, concedendo-o uma estrutura adequada, pessoal e equipamentos;
 - Reforço da Direcção de Conferências, incluindo os serviços de impressão, tradução e interpretação, para garantir a distribuição atempada dos documentos em todas as línguas de trabalho.
15. **Questões de Capacidade Institucional: Comité de Representantes Permanentes**
- Prestação de apoio de Secretariado ao CRP e ao CPS, bem como a disponibilização de escritórios para os Presidentes do CRP e do CPS;
 - Mais debates temáticos e estratégicos no CRP sobre questões estratégicas e essenciais, para garantir debates sólidos antes das matérias serem apresentadas à Cimeira;
 - Apoio aos Presidentes dos Subcomités por parte de Peritos Técnicos da CUA.
 - A avaliação das contribuições dos Estados-membros deve estar em consonância com o ciclo orçamental.
16. **Interacção entre os Representantes Permanentes e as suas Capitais:**
- Necessidade de informações oportunas sobre as actividades, contribuições e mandatos;
 - Responsabilidade de informar, divulgar e promover os programas da UA nos Estados-membros.
17. **Fontes Alternativas de Financiamento para a UA e Instituições:** saúda a decisão dos Ministros da Economia e Finanças, reunidos em Abuja, que irá apresentar relatório à Cimeira de Junho de 2014, relativamente à implementação das decisões da Cimeira de Maio de 2013 sobre a matéria.

Métodos de Trabalho

- A determinação da orientação política e do processo de tomada de decisões na União cabe aos Estados-membros, autorizados pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- Os relatórios e documentos a serem elaborados atempadamente, nas línguas de trabalho adequadas;
- As decisões e conclusões acordadas pelos Estados-membros e órgãos deliberativos durante as reuniões não devem ser modificadas.

18. Racionalização dos Programas das Cimeiras para melhorar a eficácia:

- Racionalização das Agendas das duas Cimeiras anuais; a de Janeiro para tratar de políticas (reflexão em grupo) e a de Julho, da implementação;
- Melhoria dos processos de tomada de decisão através da implementação e tendo como base a Decisão da Cimeira de Malabo de 2011 que aprova as Directrizes relativas à Preparação, Adopção e Apresentação de Relatórios sobre a Implementação de Decisões; Melhorar a gestão de elaboração de relatórios, os Estados-membros devem assumir plena propriedade do Comité de Redacção, para que haja consistência e integridade nas decisões apresentadas aos diferentes órgãos durante as Cimeiras;
- Racionalizar as reuniões dos Comités da Conferência e do Conselho Executivo, tais como a Cimeira do MAAAP, Comité dos Dez, Comité dos Chefes de Estado e de Governo Africanos sobre as Alterações Climáticas (CAHOSGC), Comité Ministerial de Candidaturas e Comité Ministerial Ad Hoc sobre a Tabela de Contribuições, para se tornarem anuais, ao invés de se realizarem em todas as Cimeiras, e do HSGOC NEPAD a ser realizada durante uma das duas Cimeiras e uma vez em qualquer outro país membro do HSGOC;
- Racionalizar o tempo atribuído aos Oradores Convidados, número de observadores e convidados, para garantir uma maior eficácia e reduzir o número de eventos paralelos durante as Cimeiras. Os convidados deverão apenas participar na Sessão de Abertura, e deve-se desencorajar a realização de reuniões bilaterais nas instalações da Cimeira;
- Garantir eventos paralelos com maior envolvimento das principais partes interessadas da UA – mulher, juventude, empresários, sociedade civil e garantir que seja traçado o perfil das agências especializadas e instituições da UA, e instituições regionais;
- Operacionalização dos Comités Técnicos Especializados.

19. Comunicações

- Comunicações com os cidadãos africanos: abordar com os relevantes Ministros, instituições regionais e do sector privado, a necessidade de sessões regulares de informação sobre os programas da UA nas emissoras

nacionais e privadas para que a UA informe, comunique e envolva os cidadãos africanos;

- Investimento e melhoria da utilização das tecnologias para promover a comunicação eficaz para a CUA, CRP e Sede da UA;
- Garantir a distribuição atempada de documentos e relatórios em todas as línguas de trabalho da UA;
- A fim de melhorar a implementação das decisões da UA e divulgação da agenda de integração, os Estados-membros devem ser encorajados a estabelecer mecanismos de comunicação, implementação e monitorização a nível nacional;
- Adicionar uma Página para os Presidentes da UA e do CRP na Página da UA na Internet, incluindo informações sobre os anteriores Presidentes.
- Sessões de informação mensais da Comissão e sessões de informação trimestrais/regulares da Presidente da Comissão ao CRP.

20. ***Igualdade do Género***

- Envolver mais mulheres nos processos de mediação e diplomacia preventiva, a fim de melhorar a imagem da UA como modelo em igualdade de género.

V. IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DO RETIRO

21. Definição dos propulsores e do ímpeto da mudança;
22. Estabelecer um Grupo de Trabalho Ad Hoc Conjunto da CUA e do CRP (co-presidido pelos presidentes da Comissão da UA e do CRP ou representantes delegados) para traduzir os resultados do 4º Retiro do CRP-CUA de Hawassa e retiros anteriores, num Plano de Acção concreto e monitorizar a sua implementação.
23. O Grupo de Trabalho será composto por cinco de cada parte e irá elaborar os seus termos de referência, incluindo a priorização.
24. Ao planificar futuros retiros, devemos começar com a avaliação da implementação das decisões dos retiros anteriores.

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO**4º Retiro Conjunto do CRP/CUA, realizado em Hawassa, Etiópia
13 – 16 de Abril de 2014**

A Comissão da União Africana e o Comité de Representantes Permanentes, reunidos num Retiro Conjunto em Hawassa, Estado Regional das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul da República Federal Democrática da Etiópia, a 14 e 15 de Abril de 2014.

1. **Manifesta a sua profunda gratidão** à S.E. Ato Dessie Dalkie, Presidente do Estado Regional das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul, o Presidente da Câmara de Hawassa e todas as autoridades do Estado Regional pela calorosa recepção em Hawassa e pelas excelentes condições colocadas à disposição do Retiro, bem como às autoridades da República Federal e Democrática da Etiópia que facilitaram a circulação de Adis Abeba para Hawassa e de regresso, que permitiu consideravelmente que o Retiro tivesse resultados satisfatórios, num ambiente bastante propício e cordial;
2. **Manifesta igualmente o seu alto apreço** ao Facilitador, Dr. Ibrahim Assane Mayaki, Director Executivo da Agência da NEPAD, que orientou os debates de forma mais habilidosa e profissional, bem como a todos os serviços de apoio da Comissão, incluindo os Membros da Equipa de Redacção, os Intérpretes e Tradutores e outro pessoal de apoio.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

Resultados do 4^o retiro da cua-crp de Hawassa, Etiópia, A 14 – 15 de abril de 2014

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/4081>

Downloaded from African Union Common Repository